



Advocacy  
Lobby do  
terceiro setor



Internacional  
Missão a  
Washington

Novidades do IRELGOV

- Congresso de Rel Gov
- Missão de estudos a China
- Pesquisa sobre comunicação

# Diálogos

A revista digital do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)  
Ano 6 – Edição 1 – Abril de 2019

**irelgov**

## RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA INOVAÇÃO

Desafios na defesa de interesses  
de negócios disruptivos



# Editorial

Este ano, o IRELGOV completa 5 anos de existência. Durante esse período foram muitas realizações, crescemos e nos desenvolvemos. Com o crescimento vieram mais demandas e responsabilidades. Agora temos objetivos ainda mais desafiadores, nossos planos são audaciosos e durante o ano que se inicia pretendemos entregar vários projetos.

O plano estratégico Instituto está baseado nos pilares de fundação do IRELGOV, a educação e reputação da atividade de Relações Governamentais. Essas são as duas principais perguntas que costumamos fazer para definir se o projeto faz ou não sentido para o Instituto. Por isso, realizamos e apoiamos os projetos ligados ao tema Relações Governamentais e que tenham sinergia com os nossos pilares.

Além das realizações corriqueiras, tais como eventos, palestras, encontros e iniciativas acadêmicas para a produção de conteúdo local, ainda temos cinco projetos a serem entregues em 2019.

Um dos projetos será realizado em parceria com a Amcham Brasil e a George Washington University. A Missão Internacional de estudos em Relações Governamentais será um misto de experiência acadêmica (os participantes terão aulas com os professores da renomada George Washington University) e experiência prática, com visitas a empresas de lobby e comunicação e ao Congresso americano, além de reuniões com os responsáveis pelas áreas de Rel Gov de grandes corporações multinacionais. Essa será a terceira missão internacional que, acontecerá de 6 a 10 de maio de 2019.

A segunda entrega será o Congresso de Relações Governamentais, o primeiro a ser realizado no Brasil, nos dias 13 e 14 de junho de 2019, em São Paulo. Contaremos com mais de 30 palestrantes e painelistas durante os dois dias de evento. Participarão também diversas autoridades públicas. Debateremos as Relações Governamentais de um forma transversal, mobilizando diversos setores a fim de trazer um debate amplo e de alto nível.

Aproveitando a oportunidade do ConRelGov, nome dado ao Congresso, divulgaremos o nosso Manual de Boas Práticas, que consiste em um guia específico para a área de Relações Governamentais. O manual apresentará procedimentos e recomendações para atividade de rel gov, todos baseados nos mais elevados princípios éticos e profissionais. Esse projeto está sendo desenvolvido pelo "Grupo de Trabalho Manual de Boas Práticas", liderado pelos Conselheiros Fernanda Burle e Erik Camarano.

No segundo semestre, teremos outra Missão Internacional, dessa vez para a China, que deverá acontecer entre setembro e outubro. Planejamos visitar duas cidades, Pequim e Xangai. Maiores detalhes serão divulgadas nos próximos meses.

E por fim, publicaremos os resultados da 3ª fase da pesquisa de reputação. É importante salientar que se trata de uma pesquisa de três fases. A 1ª fase foi direcionada aos tomadores de decisão privado de alto nível, perguntamos a 100 C-Levels de grandes empresas e multinacionais, qual era o papel e importância do profissional de Relações Governamentais para as suas companhias. A 2ª fase foi focada nos profissionais de Relações Governamentais. Perguntamos a 300 profissionais qual era a sua importância e função junto as suas corporações e clientes. Na 3ª fase vamos pesquisar os tomadores de decisão pública, no âmbito do Executivo e Legislativo Federal. Queremos saber qual é a percepção da atuação do profissional de Relações Governamentais. Este grupo de trabalho é liderado por nossa associada Shirley Emerick.

São muitas realizações. Estamos felizes pelas entregas e agradecemos muito pelo apoio dos associados e a todos os que fazem o IRELGOV.



**Bruno Perman**  
Presidente do IRELGOV

## EXPEDIENTE #04 ANO 6 - ABRIL DE 2019

**DIÁLOGOS IRELGOV** é uma publicação do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)

Rua Gomes de Carvalho, 1356  
2º andar, E.58  
Vila Olímpia – São Paulo – SP  
CEP: 04547-005 | Fone:  
+55 11 3995-5210  
E-mail: irelgov@irelgov.com.br

### Conselho Deliberativo:

Bruno Perman  
Suelma Rosa  
Diana Loos  
Erik Camarano  
Fernanda Burle  
Fernando Bueno  
Gabriel Di Blasi  
Kelly Aguilar  
Larissa Wachholz  
Manoel Fernandes

### Conselho Fiscal

Ana Cláudia Stein  
Mariana Guimarães  
Silene Moneta  
Adriana Benatti (Suplente)  
Anna Paula Losi (Suplente)  
Wanderley Moreno (Suplente)

### Comitê editorial

Larissa Wachholz (Coordenadora)  
Adriana Benatti  
Andrea Gozetto  
Bruno Perman  
Catarina Correa  
Eduardo Galvão  
Fabiano Rangel  
Fábio Okubarú  
Kelly Aguilar  
Mariana G. B. Braga  
Michel Neil  
Raquel Fernandes Batista Araujo  
Rodrigo Navarro

### Jornalista responsável:

Fábio Okubarú (MTB 4120/16/160)

## Nessa edição

**04** **RADAR**  
Missão a Washington

**11** **EVENTOS**  
Desafios do governo Bolsonaro

**15** **REGULAÇÃO**  
Rel Gov de negócios disruptivos

**18** **ADVOCACY**  
Lobby do terceiro setor

## SUMÁRIO

Editorial.....	02	Cenários políticos e novo governo .....	12
Missão de estudos a Washington.....	04	Palestra Cásper Líbero .....	12
Congresso de Relações Governamentais.....	05	Regulação do lobby pela CGU .....	13
Anuário RIG.....	05	Almoço associados.....	13
Missão de estudos à China.....	06	Tecnologia em rel gov .....	14
Novo site do IRELGOV.....	06	Livro de trabalhos acadêmicos .....	14
Pesquisa de comunicação .....	07	Relações governamentais da inovação.....	15
Assembleia Geral Ordinária.....	07	Lobby do terceiro setor .....	18
International Journal .....	07	Artigo: O profissional de RIG e a síndrome do incompreendido .....	21
Bolsonaro e o novo Congresso .....	11	Artigo: Defesa de interesses e a regulação do comércio exterior .....	24
Presidente do IRELGOV na rádio .....	11		

# Missão de estudos a Washington

Entre os dias 6 e 10 de maio será realizada mais uma missão internacional de estudos. O destino será novamente Washington, capital dos Estados Unidos. Será a segunda viagem promovida pelo IRELGOV em parceria com a Amcham Brasil e George Washington University. As vagas são limitadas.

Em julho do ano passado, um grupo de 25 profissionais de relações governamentais participaram da primeira viagem a Washington. A Missão de Global Advocacy e Lobbying teve uma combinação de atividades acadêmicas na George Washington University com visitas a empresas, escritórios de lobby, à embaixada brasileira e ao Congresso norte-americano para conhecer, in loco, como é feito o lobby nos Estados Unidos.

Segundo Fernanda Burle, sócia do MJAB Advocacy Brasil, uma das participantes da viagem do ano passado, os principais conhecimentos adquiridos na missão foi que, a partir de aulas teóricas, foi possível compreender o advocacy internacional além dos modelos dos EUA e do Brasil. “A missão a Washington foi extremamente produtiva e robusta. A agenda foi muito equilibrada entre o programa acadêmico – com visões diferentes de advocacy – e a visão prática, com reuniões com o governo e o setor privado de diversas áreas de expertise”, relata Fernanda.



“A regulamentação do lobby nos EUA não trouxe o melhor entendimento sobre a participação da sociedade. A legislação americana tem regras muito restritas e que acabam atrapalhando a atividade democrática de interlocução com os parlamentares. Isto ficou de exemplo do que não ser aplicado no Brasil”, avalia Juliana Celuppi, sócia-diretora do Celuppi Advogados, que também participou da viagem de 2018. “A Missão foi uma experiência excelente, não apenas por poder conhecer melhor os mecanismos de RelGov nos Estados Unidos, mas também pelo networking dos próprios integrantes do grupo, que conseguiu reunir profissionais de excelente nível, garantindo ótimos debates”, diz.

As inscrições para a segunda Missão Internacional de Relações Governamentais devem ser feitas pelo e-mail [missoes@amchambrasil.com.br](mailto:missoes@amchambrasil.com.br)

Saiba mais sobre a experiência [CLIQUE AQUI](#)



## Primeira missão foi em Bruxelas

Em outubro de 2017 o IRELGOV promoveu sua primeira viagem internacional de estudo. Um grupo de onze pessoas participou de uma série de atividades na Bélgica para conhecer e discutir com profissionais como é feito o lobby na União Europeia. A missão brasileira participou de uma série de atividades em Bruxelas, onde são tomadas as principais decisões da União Europeia, além de um treinamento no College of Europe, em Bruges, uma das instituições internacionais de maior renome quando se trata de relações governamentais. Entre as atividades foram feitas visitas ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia, AmCham UE, à Missão do Brasil na União Europeia, nos escritórios da Apex-Brasil Europe, Nike, L’Oreal, Burson-Marsteller e Transparência Internacional União Europeia, entre outros encontros com profissionais e consultores que atuam em Bruxelas.

# Congresso de Relações Governamentais (ConRelGov)



O IRELGOV promove a 1ª edição do Congresso de Relações Governamentais (ConRelGov), que ocorrerá nos dias 13 e 14 de junho, no Hotel Grand Mercure, em São Paulo. O evento reunirá os principais profissionais do setor, autoridades políticas e especialistas renomados para discutir o presente e futuro das relações governamentais no Brasil. Mais de 30 palestrantes estão confirmados.

Entre os temas que serão discutidos estão: como estruturar e medir os resultados de uma área de rel gov; novas competências e profissionalização das atividades; estratégias

e influência; o desafio de implantar o ciclo virtuoso de combate à corrupção no país; desburocratização e transparência na gestão de políticas públicas; desafios dos novos gestores públicos e do novo Congresso, entre outros.

Entre os palestrantes confirmados estão Wagner Rosário, Ministro da GCU; Paulo Uebel, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; deputado federal Vinicius Poit; e Eduardo Pugnali, Secretário Executivo de Comunicação do Governo de São Paulo. O evento será realizado em parceria com a Blueprintt.

Mais informações e inscrições, fale com a Blueprintt por meios dos seguintes contatos: [marketing@blueprintt.co](mailto:marketing@blueprintt.co), (11) 3230-2363

## Anuário RIG

Será lançado este ano o 1º Anuário de RIG do Brasil. Será um diretório com informações de profissionais, escritórios e entidades ligadas às relações institucionais e governamentais. A iniciativa é do professor Rodrigo Navarro, da FGV e sócio da Consult-Master, e da Vittore Partners e LEC – Legal, Ethics and Compliance. O IRELGOV irá apoiar a o projeto.



## Missão de estudos a China



O IRELGOV está organizando uma missão internacional de estudos para a China que deverá ser realizada no segundo semestre deste ano. Representantes do Instituto estiveram no dia 13 de fevereiro na Embaixada da China, em Brasília, para apresentar o programa de atividades previstas nas cidades de Pequim e Xangai. “A Embaixada da China mostrou entusiasmo com a preparação da viagem de estudos do IRELGOV e confirmou apoio institucional à missão”, informa a coordenadora da missão, Larissa Wachholz, conselheira e sócia-fundadora do IRELGOV.

Estão sendo propostas aulas e visitas a empresas e órgãos públicos, mesmo modelo

adotado nas viagens internacionais anteriores realizadas em Bruxelas e Washington. “Para além do campo das relações governamentais, será uma oportunidade de aprender, com professores, autoridades e executivos locais, sobre o sistema político chinês e os 40 anos de reforma e abertura econômica que elevaram a economia chinesa ao patamar de segunda maior do mundo”, diz Larissa.

Participaram da reunião o Ministro Conselheiro Qu Yuhui, o Secretário Sun Pengyuan, Larissa Wachholz, o Presidente do IRELGOV, Bruno Perman, o cientista político Creomar de Souza e os associados do IRELGOV Rafael Freitas Machado e Andrea Hoffman Formiga.

## Novo site do IRELGOV

Está no ar o novo site do IRELGOV. Com design mais moderno e de fácil navegação, os internautas podem acessar informações sobre o instituto, sua carta de princípios, agenda de eventos, dados das duas fases da Pesquisa de Reputação dos Profissionais de Relações Governamentais e as nossas publicações, inclusive, toda as edições da revista digital Diálogos IRELGOV.

No site também estão disponíveis informações sobre os associados, pessoa física e jurídica, e os procedimentos para se tornar sócio.



[VISITE O SITE](#)

## Pesquisa sobre comunicação

O IRELGOV lança pesquisa com todos nossos associados, diretores e conselheiros sobre a comunicação do instituto. O objetivo é de entender a percepção a respeito dos atuais canais de comunicação. Queremos saber quais os meios mais uteis, qual a melhor periodicidade e os conteúdos mais relevantes. O estudo também vai iniciar uma discussão junto ao Conselho Deliberativo sobre as mensagens principais que o IRELGOV deve transmitir. “Precisamos ter uma mensagem clara, segmentada para nossos diversos públicos sobre o que fazemos e como contribuimos para a disseminação da importância do profissional de RIG”, declara Raquel Araujo, diretora de comunicação do IRELGOV.

Convidamos todos associados a contribuírem com nossa pesquisa, que será realizada em breve. A opinião dos profissionais e empresas que apoiam o IRELGOV é fundamental. “Afinal, o sucesso desta instituição só é possível com a ajuda de todos vocês”, diz Raquel.

## Assembleia Geral Ordinária

No dia 12 de abril, às 10 horas, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária do IRELGOV. A AGO aconteceu na BNZ, Auditório Casa Scarpa, na Rua Estados Unidos nº 966, Jd. América, em São Paulo. Na assembleia foram apreciadas e aprovadas as contas e do Balanço Geral do IRELGOV referentes ao exercício de 2018. Após a assembleia, todos foram convidados para um almoço dos Associados. Apoio: Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados.

## International Journal

O professor Rodrigo Navarro, associado do IRELGOV, teve artigo publicado na edição de março do International Journal of Business & Management. O texto abordou o tema da sua tese de doutorado na École Supérieure de Commerce de Rennes (ESCR). O trabalho visa lançar mais luz sobre o campo de estudo das Relações Governamentais, especialmente quando considerado como um componente-chave das forças de não-mercado com as quais as empresas precisam se engajar para atingir objetivos e gerar vantagens comparativas.

Link para acesso gratuito ao artigo. [CLIQUE AQUI](#)

## Seja sócio do IRELGOV

Para ser associado IRELGOV, você pode entrar em contato conosco por telefone: (11) 3995-5210 ou por e-mail: [irelgov@irelgov.com.br](mailto:irelgov@irelgov.com.br).

Podem se associar empresas, entidades e pessoas físicas.

Se preferir, você pode fazer o download do Formulário de Associação e do Termo de Adesão, conforme o tipo de associação que pretenda fazer, seja pessoa jurídica ou pessoa física e encaminhar estes e outros documentos solicitados no comunicado Procedimentos para Associação, para o e-mail: [irelgov@irelgov.com.br](mailto:irelgov@irelgov.com.br).

<http://irelgov.com.br/associe-se>

### Queremos saber sua opinião!

Com objetivo a promover o diálogo e o livre debate sobre os temas relacionadas ao desenvolvimento e reputação dos profissionais de Relações Governamentais, melhores práticas, desenvolvimento de políticas públicas e mapeamento de stakeholders abrimos um grupo de discussões no LinkedIn. Nesse espaço iremos promover discussões, diálogos construtivos, divulgação de ações e de cursos e projetos. Esperamos que vocês, com suas sugestões, nos ajudem em melhoria do ambiente das relações governamentais. Junte-se ao grupo no link abaixo:

<https://www.linkedin.com/groups/8634341>

*Fundado em 2015 o IRELGOV, primeiro instituto de relações governamentais do Brasil, é uma entidade sem fins lucrativos que tem, como principal objetivo, elevar o grau de profissionalismo, competência e padrões éticos da atividade ao posicionar-se como um Think Tank para a área.*

*O IRELGOV está estruturado em dois pilares fundamentais – Reputação e Educação – e nos princípios de legitimidade, legalidade, transparência e boas práticas, desenvolvendo informação e trazendo conhecimento relevante para o dia a dia do profissional de forma a fomentar o diálogo entre os setores da economia e compreender as tendências do mercado.*

Quer mandar sugestões de temas para as próximas edições da Diálogos IRELGOV? Também queremos saber sua opinião sobre os textos. Envie um e-mail para a Márcia: [irelgov@irelgov.com.br](mailto:irelgov@irelgov.com.br)



## Associados do irelgoV

### EMPRESAS

#### **ACTION RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS** – Brasília/DF

Gustavo de Assis Carneiro - Sócio Diretor  
 Mirian dos Santos Vaz - Sócia Dietora  
 Ana Paula Hummel Vieira - Sócia  
 Guilherme Mendes Rennó Rosa - Sócio  
 Pedro Araujo Hummel Vieira - Sócio Administrador

#### **ASSOC. ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING** - ESPM – São Paulo/SP

Rodrigo Ulhôa Cintra de Araújo - Diretor de Relações Internacionais  
 Denilde Oliveira Holzacker - Professora

#### **AVON COSMETICOS LTDA** – São Paulo/SP

Fernanda Cabrini - Gerente de Relações Governamentais

#### **BARRAL MJ CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA** – Brasília/DF

Wagner de Macedo Parente Filho - CEO  
 Juliano Griebeler - Diretor  
 Verônica Prates - Consultora  
 Rebeca Lucena - Consultora

#### **BNZ - BRAGA NASCIMENTO E ZILIO ADVOGADOS ASSOCIADOS** – São Paulo/SP

Everton Gabriel Monezzi - Sócio Diretor  
 José Amado de Faria Souza - Advogado e Sócio Diretor  
 José Ricardo dos Santos Luz Jr - Sócio Gerente Institucional  
 Tony Ferreira de Carvalho Issaac Chalita - Sócio Coordenador  
 Angelo F. Gavotti Verospí - Advogado

#### **CELUPPI SOCIEDADE DE ADVOGADOS** – São Paulo/SP

Juliana Celuppi - Sócia/Diretora  
 Helena Romeiro de Araújo - Sócia

Carlos Antônio da Costa Cavalcanti Neto - Advogado Regional

#### **COMITÊ BRASILEIRO DA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL - ICC BRASIL** – São Paulo/SP

Gabriel Merheb Petrus - Diretor Executivo  
 Gabriella Dorlhiac - Coordenadora de Políticas Públicas

#### **DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS** – Rio de Janeiro/RJ

Eriça Tomimaru - Advogada associada  
 Gabriel Di Blasi - Sócio administrador  
 Raquel Fernandes Batista Araujo - Estrategista de Rel Governamentais e Institucionais

#### **DISTRITO RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS** – Brasília/DF

Publio Sezano Madruga - Diretor  
 Danilo Gennari de Souza - Diretor  
 Marianah Alves da Cruz Villela - Consultora  
 Dara Aparecida Leite de Souza - Trainee  
 Gabriela Ottoni Salomão - Analista Júnior  
 Rebeca Mota dos Santos - Estagiária

#### **ELI LILLY DO BRASIL LTDA** – São Paulo/SP

Diana Ferraz Braga Loos - Gerente de Assuntos Corporativos  
 Orlando Silva - Diretor de Assuntos Corporativos & Regulatório

#### **GE - GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA** – São Paulo/SP

#### **INTELIGOV – APLICATIVOS DE INTERNET LTDA – EPP** – São Paulo/SP

Alberto Carlos de Almeida - Sócio Diretor  
 Raphael Cappuci Maia Negrão Caldas - Sócio Diretor

#### **M. J. ALVES E BURLE ADVOGADOS E CONSULTORES** – Brasília/DF

Fernanda de Albuquerque Maranhão Burle - Sócia  
 Marcos Joaquim Gonçalves Alves - Sócio  
 Leandro Modesto Coimbra - Sócio

#### **MSD-MERCK SHARP DOHME FARMACEUTICA LTDA** – São Paulo/SP

Kelly Cristiane Aguilar - Gerente de Assuntos Corporativos  
 Guilherme Pasetto Leser - Diretor de Rel. Governamentais e Comunicação  
 Kleber Santos - Gerente de Relações Institucionais

#### **NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA** – São Paulo/SP

Simone W. Tcherniakovsky - Diretora de MAPAC  
 Peterson Batista Cruz - Gerente de Relações Governamentais

#### **PATRI POLÍTICAS PÚBLICAS LTDA** – Brasília/DF

Eduardo Carlos Ricardo - CEO

Michel Neil Trindade Francisco - Sócio diretor

Catarina Corrêa Vonsperling - Sócia

#### **SANOFI AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA como Grupo** – São Paulo/SP

Mauricio Mendonça - Diretor de Public Affairs

Patrícia Nascimento Jabbour - Gerente de Assuntos Governamentais

André Bortoluci Vicente - Diretor de Saúde Pública - Sanofi Pasteur

Isabela Vargas - Gerente de Relações Governamentais

#### **SCANIA LATIM AMÉRICA LTDA** – São Paulo/SP

Gustavo Rodrigo Bonini - Diretor de Assuntos Institucionais e Governamentais

Mauricio Adriano Niel - Analista Governo

#### **SIGALEI - OPENLEX SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** – São Paulo/SP

Ivan Ervolino - Diretor de Vendas

Danilo Amaral de Oliveira - Diretor Executivo

Caio Cesar Pinheiro Flores - Diretor de Produto

Frederico Amaral de Oliveira - Diretor de Operações

Felipe Scuracchio Maragno Molina - Gerente de Contas

#### **TOZZINIFREIRE ADVOGADOS** – São Paulo/SP

Claudio Coelho de Souza Timm - Sócio

#### **TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS** – São Paulo/SP

Henrique Kruger Frizzo - Sócio

Heloisa Barroso Uelze - Sócio

#### **VALLYA PARTICIPAÇÕES LTDA** – Brasília/DF

Larissa Wachholz - Sócia Diretora

João Pedro Boskovic Cortez - Sócio

#### **VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA** – São Bernardo/SP

Antônio Megale - Diretor Assuntos Governamentais

Glória Merendi - Gerente de Rel. Governamentais

## Associados do irelgov

### PROFISSIONAIS

ADRIANA SOUZA BENATTI – CMOC International Brasil  
 ALBERTO DO AMARAL OSORIO BUENO – Concordia  
 ALESSANDRA ROMANO GRANGEIRO – Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP  
 ALEXANDRE AMISSI GARCIA SILVEIRA – Dow Química  
 AMAILA PILAR DE LA TORRE ARIAS – Bayer  
 ANA CLAUDIA GONÇALVES PAIS – Consultora  
 ANA CLAUDIA LOURENÇO STEIN – Advogada  
 ANA MARIA DA SILVA NASCIMENTO – Union Immigra  
 ANDRÉ COSTA BORBA – Arko Advice RJ  
 ANDRÉ MACEDO DE OLIVEIRA – BMA Advogados e docente na UNB  
 ANDRÉA CRISTINA OLIVEIRA GOZETTO – Docente da FGV  
 ANDREA FABRINO HOFFMANN FORMIGA – Vella Pugliese Buosi Guidoni Advogados  
 ANDRÉA MARIA MEIRELLES DE MENEZES – Solavite  
 ANDREA VERISSIMO LOPES DE ALMEIDA – Avelã Public Affairs  
 ÂNGELA BATISTA DE OLIVEIRA – Abreceel  
 ANGELA TAVARES REHEM DE AZEVEDO – Libertas Consultoria  
 ANNA PAULA DE CARVALHO LOSI DE OLIVEIRA – Burson-Marsteller  
 ANSELMO AKIRA TAKAKI – Samsung  
 ANTÔNIO (NEWTON GALVÃO) CESAR JR. – Fresenius-Kabi  
 ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO BISNETO – Mattos Engelberg Advogados  
 BRUNO PERMAN FERNANDES – Perman Advogados Associados  
 CAIO LEONARDO BESSA RODRIGUES – Mattos Engelberg Advogados  
 CAMILA DE SOUZA SALVATORE – iBureau  
 CAMILA PASCHOAL – Apex-Brasil  
 CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC  
 CÁTILO BRZERSKI CÂNDIDO – ABRASCE  
 CHRISTIAN BAINES – 99 App  
 CIBELE LEITE PERILLO FERREIRA – Raízen  
 CINTHIA BATTILANI – Nike  
 CREOMAR LIMA CARVALHO DE SOUZA – Docente na Universidade Católica de Brasília  
 DÂNGELO AUGUSTO – Advocacia Facioli (estágio)  
 DANIEL MOURAD MAJZOUB – HMP Attorneys  
 DIANA FERRAZ BRAGA LOOS – Eli Lilly  
 DIEGO ZANCAN BONOMO – CNI  
 DIOGO FERRAZ JODAR – Grupo Globo  
 DIOGO WAKAZIKA – PWC  
 EDGARD USUY – Integra Inteligência Política  
 EDUARDO RIBEIRO GALVÃO – ABIMAQ  
 EDUARDO SARAIVA CALDERARI – Roche  
 EGON LUÍS SCHADEN JÚNIOR – M & Queiroga - Relações Institucionais  
 ELIANE SILVEIRA LAPA – Alelo  
 ERIK SASDELLI CAMARANO – BioMarin  
 EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES – IREE - Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa  
 FABIANA CAVALHERI PARAJANA – Bites  
 FABIANE CUNHA LAZZARESCHI – Atvos Agroindustrial

FABIANO MACHADO DA ROSA – Petri & Machado da Rosa Advocacia  
 FABIANO RANGEL – Leão Alimentos  
 FÁBIO A. RIBEIRO DE LIMA RUA – IBM  
 FERNANDO BENJAMIM BUENO – Demarest  
 FERNANDO CARELI DE CARVALHO – Bimbo Brasil  
 FERNANDO DE PAULA – Arcos Dourados (McDonald's)  
 FERNANDO RABELO RIBEIRO – Fundação BRAVA  
 FLÁVIO CHANTRE – Braskem  
 FLÁVIO MOURA FÉ LIMA – Faith Relações Institucionais e Compliance  
 FREDERICO DAGUER ABDALLA – Prefeitura Municipal de Santos  
 GIOVANI TRINDADE CASTANHEIRA F. MENICUCCI – BMA Advogados  
 GUILHERME DE MAGALHÃES DEBONI – FEBRABAN  
 GUILHERME LESER – MSD Farmaceutica  
 HELGA PAULA FRANCO MEUSER – Nestlé  
 ISABELA DIAS SATURNINO MELHADO – TOTVS  
 JAIRO KEPLACZ – K NET Gestao de Negócios  
 JOÃO MARQUES DA FONSECA NETO – EMDOC Serviços Especializados Ltda  
 JOÃO PAULO ORSINI MARTINELLI – Florêncio Filho e Camargo Aranha Advogados  
 JOSÉ FERNANDO LATORRE FILHO – Latorre Advogados  
 JOSÉ GABRIEL ASSIS DE ALMEIDA – J. G. Assis de Almeida  
 JUAN CARLOS THOMPSON – ILAR - Associação de Medicamentos isentos de Prescrição  
 JULIANA GIRARDELLI VILELA – Vilela, Motta & Andrade Advogados  
 KELLY AGUILAR – MSD Farmacêutica  
 LAERCIO CHAVES MARTINS – KCI Brazil  
 LARISSA WACHHOLZ – Vallya  
 LEJLA KAPETANOVIC RODRIGUES – Saiu da Keiper  
 LEONARDO DE ARAÚJO – Samsung Electronics  
 LÍGIA ROMANELLI ORTIZ – WTC São Paulo  
 LUCAS MASTELLARO BARUZZI – BFAP Advogados  
 LUCAS PARREIRA LORINI – Consulado Geral Britânico em São Paulo  
 LUCIANA MASELLI FURQUIM DE ALMEIDA – Estudante  
 LUCIANA NICOLA SCHNEIDER – Itaú Unibanco S/A  
 LUCIANO INÁCIO DE SOUZA – Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados  
 LUCIANO PEDREGAL DE CASTRO LIMA – Sindipecas/Abipeças (não mencionar)  
 LUCIEN BERNARD MULDER BELMONTE – Associação Brasileira das Indústrias de Vidro - ABIVIDRO  
 LUIS PEDRO CAUDURO FERREIRA – Dana Holding Corporation  
 LUIZ FERNANDO VISCONTI – Visconti Law - Legal & Public Affairs  
 MANOEL FERNANDES – Bites  
 MARCELO AUGUSTO FERMIANO – Brasilprev  
 MARCELO TOREZAN – Vertex Farmacêutica do Brasil Ltda  
 MÁRCIA REGINA MOSCATELLI – Ultragenyx  
 MÁRCIO RAFAEL MARQUES BARBOSA MACIEL  
 MARCOS VINÍCIOS VALENTIM LIMA – EY  
 MARCOS VIRGILIO ANDRADE – Iguatemi

Empresa de Shopping Centers  
 MARIA ELISA DIAS DINIZ COSTA  
 MARIANA GUIMARÃES BORBOREMA BRAGA – Mattos Filho  
 MARIANA SANTOS DE CASTRO – Vector Relações Governamentais e Institucionais  
 MARINA BARKI ALVES DOS SANTOS – Concordia PAS  
 MARINA BERTUCCI FERREIRA – Pinheiro Neto Advogados  
 MARIO SERGIO RAMALHO – RM CONSULT  
 MARTUS ANTÔNIO R. TAVARES – Bunge Brasil  
 MICHELLE ANNE SHAYO TCHERNOBILSKY – Owens-Illinois  
 MILENA MARTINS OLIVEIRA – Cosan  
 MOACIR C. FURTADO JUNIOR – ESSILOR  
 NADIA ALI EL HAGE – Consultora  
 OLÁVIO PEREIRA GOMES – Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda  
 PAULO GONÇALVES HOMEM – Raízen  
 RAFAEL BERNARDI SILVA – Bernardi, Koch, Ferrario & Aguiar Advogados  
 RAFAEL FREITAS MACHADO – Machado, Leite & Bueno Advogados  
 RAUL CURY NETO – Vittore Partners  
 RENATA DE PAIVA PUZZILLI COMIN – Em transição  
 RENATO OLIVÉRIO BRANDÃO – FELSBURG Advogados  
 RICARDO DE SABOYA ROCHA MIRANDA – Ocesp - Organização das Coop. do Estado de SP  
 RICARDO WAHRENDORFF CALDAS  
 ROBERTA MORENO CIRILO A. STANISCIÁ – Intelligence Bureau  
 ROBERTA SAYURI KURUZY – ABEVD-Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas  
 ROBERTO CARSALADE QUEIROGA – M & Queiroga Relações Institucionais  
 ROCHELLE RICCI – Machado Associados  
 RODRIGO DANTAS DO NASCIMENTO – Dantas, Freire e Pignataro Advogados  
 RODRIGO LUÍS PUPO – MPA Trade Law  
 RODRIGO NAVARRO DE ANDRADE – Marster-Consulting e Docente na FGV  
 RODRIGO OTAVIANO VILAÇA – Furnas  
 SAMUEL DA SILVA LEMOS – Philip Morris Brasil  
 SÉRGIO AUGUSTO CAVALHEIRO FERREIRA – Mani Holdings  
 SERGIO FERREIRA DOS SANTOS – Leão Alimentos  
 SÉRGIO OLIVEIRA VILALVA RIBEIRO – Prefeitura Municipal de Salvador  
 SHIRLEY EMERICK DUTRA – Odebrecht S.A.  
 SILENE TOGNOLI GALATI MONETA – Nike  
 SUELMA ROSA DOS SANTOS – Dow Química  
 TACYRA OLIVEIRA VALOIS NERY – ABBOTT  
 TAIS MENDES – Grupo Uol/PagSeguro  
 THIAGO SILVA DE CARVALHO – Petrobrás  
 VALERIA CORA ROSSI – ExxonMobil  
 VALERIA MANDIA CAFE – IBGC  
 VANDER ALOÍSIO GIORDANO – Multiplan  
 VIVIAN ARCOVERDE DIAS – Perman Advogados Associados  
 WAGNER AUGUSTO DE GODOY MACIEL – Godoy Maciel Advocacia e Consultoria  
 WANDERLEY FALCAO TEIXEIRA  
 MORENO – WGlobal Comunicações  
 WILLIAN TADEU GIL – Sodexo Pass do Brasil

## Bolsonaro e novo Congresso



A eleição do Senado foi um demonstrativo da influência das redes sociais sobre os políticos. Renan Calheiros foi tema de 802 mil tuítes e 428 mil posts de Facebook, três vezes mais do que a tragédia de Brumadinho, informou o jornalista Thomas Traumann no evento “BOLSONARO E O NOVO CONGRESSO” realizado no dia 7 de fevereiro, em Brasília. Mais de 70 pessoas acompanharam análises e debates sobre o momento político e as perspectivas para aprovação das reformas propostas pelo governo Bolsonaro. O sucesso das reformas está muito atrelado à popularidade de Bolsonaro, mas não se sabe quanto tempo essa percepção positiva vai durar, alertou o jornalista Danilo Fariello. A liderança política é do Bolsonaro, não é de ninguém do Governo, completou cientista político Paulo Kramer. A mediação do debate foi feita pela vice-presidente de relações governamentais da BCW, Anna Paula Losi. O evento foi no restaurante Coco Bambu Lago Sul.

## Rádio Metrópole de Salvador



Bruno Perman, presidente do IRELGOV, conversou sobre a proposta que o Governo está estruturando para regulamentação do lobby no Poder Executivo Federal com o jornalista Mário Kertész durante entrevista na Rádio Metrópole, de Salvador, no dia 19 de fevereiro. Perman adiantou que o modelo a ser adotado deve ser a do Chile, com uma agenda única para toda administração e totalmente transparente para o público. Essa informação só se tornou pública durante viagem do presidente Jair Bolsonaro a Santiago, em março. A entrevista está disponível no YouTube (a partir dos 28:40 minutos). [LINK DO VÍDEO](#)

## Cenários políticos e novo governo



Profissionais de relações governamentais estiveram reunidos, no dia 22 de fevereiro, na sede da BNZ – Braga Nascimento e Zilio Advogados, em São Paulo, para refletir sobre cenários políticos e as perspectivas na tramitação das reformas em Brasília. O cientista político Christian Lohbauer, o advogado Tony Chalita e Bruno Perman, presidente do IRELGOV, lideraram os debates. O evento teve lotação máxima, mas foi realizada a transmissão online no canal do IRELGOV no YouTube. “Agradeço a presença de todos, em especial aos debatedores Christian Lohbauer e Tony Chalita, e em especial ao nosso associado Braga Nascimento e Zilio Advogados pela recepção”, declara Bruno Perman. [LINK DO VÍDEO](#)

## Cásper Líbero



Kelly Aguilar, sócia-fundadora e conselheira do IRELGOV, no dia 31 de janeiro, foi uma das palestrantes do curso de relações governamentais da faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, coordenado pelo professor Flávio Schmidt. Rodolfo Gutilla, da Cause, foi outro convidado. Os dois profissionais falaram de suas experiências, contaram cases e discutiram a regulamentação do lobby no Brasil.

## Regulamentação pela CGU



Representantes do IRELGOV tiveram reunião com o ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, no dia 12 de fevereiro. Rosário adiantou alguns pontos do decreto que irá regulamentar o lobby no Poder Executivo Federal. Segundo o ministro, a proposta será bastante enxuta e deverá focar na divulgação pública da agenda de encontros e reuniões entre agentes públicos e representantes da sociedade civil. “A proposta do ministério não deverá criar nenhum tipo de reserva de mercado, sindicato ou carteirinha que limite o acesso da população ou qualquer tipo de profissional que queira interagir com entes públicos ou tomadores de decisões públicas”, relata Bruno Perman, presidente do IRELGOV. Também participaram da reunião a secretária de transparência e prevenção da corrupção do ministério, Claudia Taya, o auditor federal de finanças e controle Temístocles Murilo de Oliveira Júnior e as conselheiras do IRELGOV Larissa Wachholz e Kelly Aguilar.

## Almoço associados



Associados do IRELGOV reuniram-se no dia 15 de março para um almoço de confraternização no restaurante TRIO, em São Paulo. Nas conversas, temas sobre a conjuntura atual, como a reforma da previdência, e a viagem internacional de estudo que será realizada, em maio, a Washington.

## Tecnologia em rel gov



A qualidade dos dados fornecidos pelas casas legislativas brasileiras ainda é um grande desafio para as empresas que desenvolvem soluções digitais para as atividades de relações governamentais. Informações atualizadas e consistentes nos sites das câmaras de vereadores e assembleias legislativas está longe de ser realidade em grande parte dos municípios e estados brasileiros. A aplicação de inteligência artificial, por exemplo, fica extremamente comprometida porque a base de dados é ruim. Este foi um dos pontos discutidos no dia 20 de março na aula modelo do curso de MBA em Relações Governamentais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. O evento teve participação de associados do IRELGOV. A mediação foi de Michel Neil, da Patri, e participaram do painel Juliana Celuppi, diretora de relações institucionais da IRELGOV, Ivan Ervolino, do Sigalei, Raphael Caldas, do Inteligov, Letícia Borges, da Filterfeed, e a consultora Mariana Chaimovich. Andrea Gozetto, da FGV, foi a anfitriã do evento.

## Livro de trabalhos acadêmicos



Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro receberam eventos de lançamento do livro “MBA em Relações Governamentais da FGV: Trabalhos Acadêmicos Selecionados – Volume 1”. Em cada cidade foi realizada palestra para discussão de diversos aspectos da atividade de relações governamentais, além de coquetel para convidados. O IRELGOV é um dos patrocinadores da publicação.

## Regulação



# Relações governamentais da inovação

*Desafio dos profissionais na regulação de empresas disruptivas é conseguir fazer o tomador de decisão entender novos modelos de negócio*

O mundo vive um momento de transformação. Startups e grandes companhias de tecnologia apresentam soluções inovadoras constantes. Entretanto, a velocidade do desenvolvimento tecnológico não é acompanhada pelo poder público. Muitas vezes, as autoridades têm dificuldade de entender os novos modelos de negócio e tentam enquadrá-los a padrões antigos quando vão regular um serviço ou produto. Essa desconexão entre o poder público e as empresas disruptivas pode se tornar um inibidor da inovação, impedir o crescimento ou inviabilizar completamente uma startup.

Como regulamentar ou regular um segmento totalmente novo? Quais parâmetros devem ser utilizados em uma decisão pública? Como explicar para um político um modelo de negócio que ele não entende? Esses dilemas precisam ser endereçados pelas relações governamentais, que têm o papel de ser interlocutor da inovação com o poder público.

Os desafios para os profissionais são enormes, não somente em questões políticas e jurídicas, mas pessoais e conceituais.

“O paradigma moderno do regulador é como criar regras para algo que muitas vezes ele não entende ou não faz parte do seu dia-a-dia. Um dos maiores desafios para todas as empresas de tecnologia – já confidenciado a mim por colegas de empresas de internet – é explicar o modelo de negócio inicialmente visto como pouco, ou nada, palpável para tomadores de decisão”, conta Karen Duque, gerente de políticas públicas da 99. A tendência da autoridade é tentar encaixar esses negócios digitais disruptivos em modelos analógicos e estruturas regulatórias do passado.

“As principais discussões estão relacionadas ao fato de que o modelo de negócio ser bastante focado em demandas do consumidor e não no ordenamento jurídico-regulatório existente”, diz o advogado Eduardo

## Regulação

Carvalhaes, sócio da área de infraestrutura, regulação e assuntos governamentais do BMA. Os desafios mais frequentes estão relacionados a riscos associados à legislação, como regime trabalhista e restrições regulatórias, e a tributação dos novos modelos de negócio. “Países que adotam o sistema romano-germânico (Civil Law), como o Brasil, geralmente não conseguem acompanhar o ritmo acelerado do mercado digital, pois apresentam maiores obstáculos para alterações normativas”, analisa.

Carvalhaes defende que implantação das regras setoriais deveria ser feita por órgãos de caráter técnico, como por exemplo, agências reguladoras. Esses órgãos podem atuar por meio de consultas e audiências públicas e rever suas regras administrativas mais rapidamente, sem depender do Congresso Nacional. “A ‘deslegalização’ de determinados temas, permitindo que os órgãos técnicos regulem por meio de normas infralegais, pode auxiliar a compatibilização de modelos de negócio disruptivos”, avalia.

### Articulação política

A empatia deve ser o princípio da articulação política da inovação, recomenda Hugo Giallanza, presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais do Brasil (Asteps Brasil). As informações levadas ao parlamentar devem ser adaptadas a uma linguagem para que ele entenda o modelo de negócio e a tecnologia utilizada. “Às vezes, em uma comissão, estamos falando com um deputado que é um senhor de 70 anos que não domina nem o seu próprio celular”, exemplifica Giallanza. Traduzir soluções técnicas mirabolantes para um contexto compreensível para o político é papel do profissional de relações governamentais. “As técnicas mais

eficientes para uma indústria tão nova é produzir e apresentar dados que demonstrem impactos gerados por um debate regulatório”, acrescenta Karen.

Fazer relações governamentais de negócios disruptivos também exige mudanças de paradigmas internos dos próprios profissionais. “A grande diferença no mundo digital é que as associações no setor de tecnologia ainda estão em processo de desenvolvimento, além de os temas não serem tão horizontais como no mercado de alimentos, por exemplo. Por isso, sem dúvida o maior desafio é mudar a cabeça, o mindset, e entender o dinamismo do mundo digital”, relata Karen.

Os desafios estão apenas começando. A batalha da regulamentação dos serviços de transporte de passageiros por meio de aplicativos (Uber, 99, Cabify, entre outros) foi uma pequena amostra das dificuldades legislativas em um mundo em plena transformação digital.

Não é preciso fazer exercícios de futurologia para prever os próximos embates. Um caso que deve acontecer em breve é a regulação dos carros autônomos. Além de questões de trânsito deverão ser discutidas responsabilidades em casos de acidente. O condutor ou o fabricante do veículo deverá assumir a culpa? Não estarão envolvidas apenas questões técnicas e jurídicas, mas reflexões filosóficas e sociais profundas.

Os profissionais de relações governamentais terão papel fundamental nessas discussões. O desafio é saber como estar preparado e qualificado para liderar debates sobre questões tão complexas e inéditas. Quais os saberes, conhecimentos e capacitações necessárias para conseguir regular a disrupção ainda é um debate que precisa ser feito pelo setor de relações governamentais.



## Regulação não está na agenda de startups

Os desafios para as startups são gigantescos. Os empreendedores precisam estar focados no desenvolvimento de seus produtos e serviços, além de se preocupar com financiamento, questões operacionais e de gestão de talentos. Segundo estudo da Fundação Dom Cabral, a taxa de mortalidade de startups no primeiro ano de vida chega a 75%. O empreendedor está tão preocupado na viabilização da empresa e na sua sobrevivência que questões regulatórias estão muito longe do seu radar de prioridades. “Quanto mais madura, cresce a preocupação da startup com temas regulatórios. Esses fatores podem impactar o negócio, limitando seu crescimento ou inviabilizando a operação”, diz Hugo Giallanza, presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais do Brasil (Asteps Brasil).

Um caso emblemático no Brasil foi sobre o impacto da regulação em startup foi a Fairplace, startup pioneira do setor financeiro, que oferecia empréstimos entre pessoas. Logo depois que a empresa começou a funcionar, em 2010, o Banco Central acionou a Polícia Federal para fechar a companhia, acusada de fazer “agiotagem online”. Porém, em abril do ano passado, o Conselho Monetário Nacional regulamentou as fintechs de crédito. As startups financeiras podem conceder crédito sem intermediação bancária.

Os empreendedores precisam estar atentos aos riscos que regulação traz à startup. Negócios disruptivos, muitas vezes, precisam de mudanças na legislação para poderem operar. Em casos mais radicais, é necessário criar uma legislação nova para viabilizar a empresa. “É inegável que as autoridades brasileiras vêm se tornando mais receptivas a analisar novos modelos de negócio e adotar interpretações das normas em vigor que não impeçam de maneira desarrazoada os avanços tecnológicos”, avalia o advogado Eduardo Carvalhaes, sócio da área de infraestrutura, regulação e assuntos governamentais do BMA



## Lobby do terceiro setor

*Influenciar agentes públicos está no centro das atividades das organizações da sociedade civil*

O lobby é comumente relacionado à defesa de interesse de empresas e grandes corporações, mas entidades do terceiro setor têm grande peso nas discussões políticas. Os propósitos podem ser diferentes, às vezes opostos, mas as metodologias de influência dos agentes públicos são muito semelhantes. Encontros com parlamentares, reuniões com bancadas, apresentação de pesquisas de impacto, estudos científicos, participação de audiências públicas e campanhas publicitárias e nas redes sociais são ferramentas usadas por todos. “No Brasil, as ações junto ao poder público são extremamente importantes. Os principais temas, tanto pela importância, quanto pelo volume de ações, estão ligados a políticas públicas ou governamentais”, informa Marcio Astrini, coordenador de políticas públicas do Greenpeace.

“A área de advocacy é estratégica”, diz Felipe Angeli, gerente de advocacy do Instituto Sou da Paz. Segundo ele, é uma tendência nos últimos quatro anos as organizações sociais estruturarem melhor

essas áreas para potencializar o resultado das entidades. Advocacy são ações para influenciar na formulação e implementação de políticas públicas. Na essência, a diferenciação do conceito de lobby é que a representação de interesses do advocacy, normalmente, está ligada a defesa de uma causa.

Nas organizações sociais, o advocacy se tornou um tema transversal que afeta todas as áreas e ações. “Como todas as ações têm o objetivo de promover mudanças na sociedade, o advocacy fez parte da essência do Sou da Paz, pois essas mudanças serão alcançadas por meio do advocacy. De forma geral, grande parte do que essas organizações fazem é advocacy”, resume Felipe Angeli.

No Greenpeace, a área de políticas públicas atua como um catalisador de ações que envolvem diversos setores da entidade e outras organizações parceiras. Dependendo do tema a ser defendido junto ao poder público, é um trabalho que mobiliza dezenas de pessoas e outra dezena de entidades. “O nosso papel é

## Advocacy

estabelecer essa relação de trabalho em rede para otimizar o que a gente chama de delivery, a entrega de resultado. Sentimos que este trabalho coletivo faz diferença na influência dos tomadores de decisão”, conta Marcio Astrini.

Mesmo não tendo uma área específica de políticas públicas, o advocacy faz parte do cotidiano das organizações sociais. “Não temos uma área específica de relações governamentais na estrutura organizativa e na diretoria, mas podemos afirmar que as(os) 26 dirigentes atuam na articulação política e advocacy, algumas(os) em nível regional, outras(as) em nível nacional”, diz Paulo Tavares Mariante, secretário de segurança pública da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Intersexos (ABGLT). Ele conta que, a partir do final dos anos 1990, a atuação em ações de advocacy passou a fazer parte da formação da militância do movimento. “A ABGLT sempre reconheceu a importância da interlocução do movimento social LGBTI com os poderes públicos”, afirma.

### Redes sociais

As redes sociais ganharam mais importâncias nas ações de articulação política. As organizações da sociedade civil sempre souberam usar as mídias sociais como ferramenta de influência. “A área ambiental não pode oferecer votos e não tem dinheiro,

exatamente os fatores que podem fazer pressão no Congresso Nacional. Portanto, a pressão tem que vir de fora para dentro”, analisa Marcio Astrini. Campanhas digitais e ações virais podem mudar completamente o rumo das discussões de uma lei. Existem inúmeros exemplos, mas vale lembrar que um post da modelo Gisele Bündchen, em julho de 2017, acabou derrubando o decreto que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associadas (Renca).

As mídias sociais são um instrumento poderoso para as organizações sociedade civil, porém, com a polarização política e radicalização de opiniões, ela também se tornou um ponto de preocupação para os movimentos sociais. Nas últimas eleições e com o novo governo se percebeu a força das redes sobre as decisões políticas.

Felippe Angeli conta que é preciso monitoramento constante de rumores e temas discutidos por influenciadores digitais e por atores políticos. “Vivemos um momento de difícil de analisar e fazer previsões, com uma conjuntura cada vez mais complexa. Houve grande renovação de agentes políticos, pessoas que não conhecemos bem suas posições, tanto no Congresso quanto no Executivo”, diz Angeli.

“O Congresso precisa ser testado, pois tem muita gente nova. Vamos analisar a posição de cada um e mostrar o que o Greenpeace faz. Estamos dispostos a oferecer conteúdo e fazer o debate”, diz Marcio Astrini.

## Cenário político é desafiador para as ONGs

As entidades do terceiro setor preveem tempos difíceis nos próximos quatro anos. As organizações se deparam com riscos de retrocessos em diversos setores, especialmente nas áreas ambiental, social e de direitos humanos. “Nunca tivemos, no Brasil, a figura de um presidente da República que fosse contra o meio ambiente. Isso tem um efeito retórico muito grande e empodera quem comete crimes ambientais. Além disso, passa a ideia de quem combate esse tipo de crime está errado”, avalia Marcio Astrini, coordenador de políticas públicas do Greenpeace.

Esse ambiente político desafiador afeta o planejamento das organizações, pois o risco de retrocesso nos setores que elas atuam obrigam o redirecionamento de esforços e recursos. “Nossa área é bastante reativa. Existe a compreensão no nosso planejamento que, a qualquer momento, todos os esforços podem ser destinados para políticas públicas”, avalia Astrini. Além de propostas negativas ao meio ambiente, o que preocupa o coordenador do Greenpeace é a velocidade com que essas pautas podem avançar neste governo. “Temas controversos que estão sendo debatidos há 10 ou 20 anos podem ser aprovados por meio de uma medida provisória”, diz Astini.

A polarização que caracterizou as eleições do ano passado continua contaminando as discussões políticas. O radicalismo se tornou um entrave no diálogo com o poder público. “Infelizmente, existe uma visão de que a discordância de ideias não é consequência do jogo democrático, mas uma questão de disputa. Aqueles que eu discordo eu não converso, eu ataco. Este é um dos retrocessos que temos que combater”, analisa Felipe Angeli, gerente de advocacy do Instituto Sou da Paz.

Este cenário adverso vai exigir um esforço ainda maior de mobilização social das entidades. “Consideramos que o governo eleito em 2018 e, agora em exercício do mandato, é inimigo dos direitos humanos em geral e dos direitos LGBTI em particular. Não temos qualquer ilusão em relação a suas ações e possibilidades de diálogo”, critica Paulo Tavares Mariante, secretário de segurança pública da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Intersexos (ABGLT). A associação não vai abandonar as ações de advocacy, mas deverá intensificar a política de mobilização da militância e o trabalho em rede com outras entidades. “Mantemos nossa participação em espaços como o Conselho Nacional de Direitos Humanos, mas temos observado com preocupação a atitude hostil do atual governo em relação aos conselhos de participação”, diz Mariante.

O clima de confronto com o governo federal foi exacerbado com a medida provisória 870, que coloca as ONGs sob supervisão e controle da Secretaria de Governo. A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) publicou nota que afirma que a medida fere a liberdade de atuação e de representação de causas e interesses, prevista na Constituição. “Detectamos essa agenda contra as ONGs na campanha presidencial, com possibilidade de expulsões do país. Esse tipo de situação a gente enfrenta em locais com democracias mais fechadas, como Turquia, Índia e Hungria, onde temos dificuldade de operar. Mas nunca aqui no Brasil”, diz o coordenador do Greenpeace.

# O profissional de RIG e a síndrome do incompreendido



*Michel Neil*

Não chega a ser surpresa que muito do que se fala e se publica na área de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) ainda padeça de um complexo frente à tentativa de mostrar a importância da atividade. A lista de justificativas dadas para a disforia entre o que o profissional pensa e o que transmite para sua organização é extensa: “A culpa é do CEO que não é do ramo”; “o meu VP não liga”; “as outras áreas e diretorias da companhia não entendem o que eu faço”, e assim por diante.

Tal complexo, que já deveria ter sido superado, muitas vezes se deve ao próprio profissional, que não contribui com o seu quinhão de responsabilidade para que isso ocorra. Seja de forma intencional ou por crença genuína de uma suposta inviabilidade, parte considerável dos profissionais de RIG são relutantes em mensurar o que eles fazem. Isso se agrava na nossa era, em que medir é a palavra de ordem e pré-requisito para outras etapas críticas das estratégias corporativas: avaliar, mudar, e mesmo investir.

Os profissionais de RIG permanecem repetindo frases comuns como: “mas a minha atividade é diferente...” ou “acho um pouco complicado para minha área...”, muitas vezes, inclusive, seguindo menções aos Key Performance Indicators (KPI) ou Return of Investment (ROI), que nada mais são do que ferramentas para avaliações palpáveis de cada área da corporação. Tal postura apenas reforça o distanciamento do profissional em relação à companhia, gerando a consequente recíproca.

Começemos a entender uma realidade que incomoda: o profissional de RIG não é tão especial quanto muitos sentem (e até alegam) ser. Ele exerce uma atividade meio das empresas e recebe para traduzir a mensagem de seu empregador para os tomadores de decisões. Não pode se esquecer da via inversa: que a linguagem da esfera burocrática, fórum de boa parte da atividade do profissional de RIG, também tem que ser traduzida para o ambiente corporativo.

Como fazer para superar o gap entre o idioma da burocracia e o corporativo?

Os bons profissionais de RIG dominam a tautologia técnica e burocrática e sabem traduzir para a linguagem corporativa. Não precisam se proteger do mundo real da companhia por meio do distanciamento verborrágico do idioma regimental. Um primeiro passo para superar o gap é ter clareza das prioridades de sua companhia. Parece algo simples, mas esta informação pode ser a mais difícil de se obter internamente. Quando se trata de RIG, muitas empresas simplesmente não sabem elencar seus objetivos e prioridades, não apenas o objetivo geral da empresa, mas aqueles de cada área ou setor. Neste caso, o próprio profissional deve tomar à frente e buscar apoio para apresentar o mapeamento de todos os assuntos públicos que de alguma forma impactam a companhia, classificando-os como risco ou oportunidade.

## Artigo

O mapeamento deve abarcar todos os assuntos que estão devidamente sendo tratados na esfera pública como também aqueles temas potenciais que ainda não existem, mas que podem ser gestados entre sociedade e setor público de acordo com o zeitgeist vigente. Obviamente, ser muito bem informado para contextualizar de forma analítica o que se passa com cada matéria em questão sempre foi uma obrigação para exercer a nossa atividade.

A fase de mapeamento é um período sensível. Nesta hora o profissional começa a se deparar com os reveses que resultam em um maior custo Brasil. Só na última legislatura terminamos com mais de 30 mil projetos tramitando e, somente no primeiro mês da atual legislatura, tivemos cerca de outros 1,5 mil projetos apresentados. O Diário Oficial da União, por sua vez, mantém o padrão de decisões e publicações na casa dos milhares. Este manicômio regulatório brasileiro se reproduz nas esferas estaduais e municipais.

Mapeamento posto à mesa, é preciso definir as prioridades e (idealmente) referendá-las com o máximo de áreas possíveis dentro da companhia. Os objetivos e prioridades são sempre da empresa, e a área de RIG é só mais um meio para alcançá-los, e não proprietária destes. As outras áreas contribuem principalmente calculando o impacto dos assuntos prioritários dentro da companhia. Alguns destes impactos são contas absolutamente prosaicas, para outros são necessárias contratações de estudos para levantá-los.

Em seguida, é função do profissional de RIG apresentar as perspectivas sobre cada prioridade e definir de forma pragmática o ponto que é possível chegar dentro do prazo estimado para avaliação. Se o planejamento é para um ano, qual a meta de atuação da área naquele um ano. Tal avaliação deve ser a mais realista possível, baseada em dados e sem devaneios – quem bate metas irreais na área de RIG não é super-herói de revista em quadrinhos e não raras as vezes deveria receber melhor tratamento pelo art. 332 do Código Penal Brasileiro.

O impacto das prioridades versus as possibilidades reais de avanço dentro do arco temporal de planejamento vai auxiliar a empresa a definir o quanto de energia, tempo (inclusive o seu), e recursos (inclusive o de outras áreas) ela está disposta a investir em cada assunto estratégico. Metas reais definidas, o resultado do profissional pode ser posto à prova na linguagem de qualquer executivo. Percentual do resultado alcançado, meios utilizados para isso, resultado reputacional da interação com stakeholders (apoiadores, neutros e detratores), recurso (inclusive de tempo) executado em relação à meta inicial são só alguns exemplos de como mensurar e comunicar o trabalho, para ficarmos entre os mais simples deles.

Recentemente, a PwC divulgou levantamento com cerca de 1,3 mil CEO's de 91 países, entre eles o Brasil. Apenas 15% recebeu os dados de assuntos que eles consideram importantes devidamente traduzidos. A conclusão é que sobram dados, mas faltam talentos para traduzi-los. No Brasil, e também fora do país, várias plataformas inovadoras estão se apresentando como instrumento de auxílio para a atividade de RIG. São ferramentas que deixam envergonhados os muitos que ainda usam os tabelões de Excel – a propósito, se funciona, não se envergonhe. Crawlers automatizando a busca de dados, algoritmos identificando padrões supostamente preditivos, dashboards georreferenciados, inteligência artificial... No fim, muitos destes empreendedores inovadores estão chegando à conclusão que a verdadeira inovação do profissional de RIG é bem mais primária: trata de se comunicar com a sua própria empresa (em cima, sim, dos dados e ferramentas acima), mostrando o seu trabalho com a linguagem corporativa. O algoritmo deve dar lugar a uma bonita matriz SWOT ou a um dashboard estilizado e todos saem satisfeitos por darem sentido à quantidade de dados gerados pela nossa esfera pública.

## Artigo

Para o profissional de RIG, antes de buscar o domínio das dezenas de atribuições listadas recentemente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), um passo primordial é quebrar a relutância em saber que a verdadeira inovação de nossa área é entender e se comunicar na linguagem de sua empresa. Aqueles que superaram esta fase, dificilmente convivem com a síndrome de incompreendido que muitos profissionais alegam sofrer.

.....  
Michel Neil, sócio diretor da PATRI Políticas Públicas, cientista político com doutorado pela Universidade de Brasília (UnB)  
.....

# Defesa de interesses e regulação do comércio exterior



Por Christiane Aquino Bonomo

Para regular com transparência e eficiência, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomenda que o gestor público utilize Boas Práticas Regulatórias (BPRs), um conjunto específico de ferramentas empregadas para garantir qualidade no processo de regulação com decisões baseadas em análise de risco e fundamentadas em evidência (). Entre as BPRs disponíveis, destaca-se a participação social, por meio de consultas e audiências públicas. É sobretudo nessa etapa do ciclo regulatório que a defesa de interesses, levada a cabo pelo profissional de Relações Governamentais (RelGov), torna-se fundamental para a melhoria regulatória, em especial no comércio exterior brasileiro.

Para que regulamentos de comércio exterior sejam desenvolvidos de maneira transparente, participativa e em sintonia com o desenvolvimento econômico do País, o servidor público precisa fazer uso de informações disponíveis pelo setor privado e pela sociedade – em particular pelas empresas, que são o principal agente da política comercial. Ao registrar eventuais preocupações ou sugerir alterações de ordem comercial, econômica ou até mesmo social, a empresa ou entidade empresarial para a qual o profissional de RelGov trabalha contribui com o aperfeiçoamento regulatório do comércio exterior brasileiro.

Uma das primeiras etapas do ciclo regulatório, e que deve ser submetida à consulta pública, é a identificação do problema e de alternativas para resolvê-lo, a chamada Análise de Impacto Regulatório (AIR). É nessa fase que serão propostas e avaliadas as maneiras de regular para solucionar o problema identificado. Uma das alternativas a ser sempre levada em consideração é justamente a não-regulação, ou seja, a possibilidade de que as forças de mercado deem conta do problema sem a intervenção do Estado.

Com a AIR, “se examina e mede os prováveis benefícios, custos e efeitos de novas ou alteradas regulações”, ou seja, “a AIR é utilizada para definir os problemas e assegurar que a ação governamental é justificada e apropriada” (). O levantamento de evidências e a consulta aos agentes afetados devem ser realizados desde o início da fase de estudos, pois contribuem decisivamente para a solidez do processo regulatório. Para o gestor público, ter acesso às percepções dos setores regulados sobre uma proposta de alteração ou nova regulação é fundamental para a tomada de decisão baseada em evidências. Além da coleta de dados, é primordial recolher elementos adicionais e percepções com o setor regulado e o público em geral, a fim de atingir dois objetivos: evitar erros e aumentar a longevidade da norma.

Erros regulatórios podem ser evitados em consultas ao setor regulado porque o gestor não consegue antever todos os impactos possíveis da proposta de regulação, seja no mercado como um todo, seja num setor ou grupo de setores específicos. Por mais que conheça o mercado e o setor, o servidor público nunca terá uma visão completa de todos os



## Artigo

ângulos da questão sem consultar outros interessados. É justamente por meio da análise dos comentários recebidos do setor privado e da sociedade em geral que o gestor poderá corrigir antecipadamente falhas e assimetrias, evitando custos desnecessários tanto para o Estado quanto para o setor regulado. É o caso (emblemático!) do extintor de incêndio em carros de passeio, exigido em regulamento que não passou por consulta pública e depois de muitos custos incorridos, ao verificar-se que o motorista acidentado não tinha condições de usá-lo, retirado do ordenamento jurídico.

A outra vantagem é a previsibilidade. Em um Estado democrático de direito, a etapa de consulta pública ou audiência pública garante que opiniões diferentes sejam levadas em consideração durante o ciclo regulatório. Esta “escuta” torna-se ainda mais essencial na área de comércio exterior, já que um regulamento nesse caso pode afetar não somente os regulados no âmbito doméstico, como também bens importados e até mesmo a competitividade da produção nacional para acessar terceiros mercados. Quando um regulamento técnico brasileiro é desenvolvido de maneira a se desviar da norma internacional, ajustes produtivos são necessários para adequar o produto nacional aos requisitos externos. A depender da adaptação necessária, a mudança pode custar o suficiente para inviabilizar a exportação do bem.

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) iniciou, ainda em 2017, o Grupo de Trabalho de Regulação, espaço de coordenação, treinamento em uso de BPRs e articulação entre os 28 órgãos brasileiros que regulam matérias com impacto no comércio exterior. Um dos exercícios pioneiros nascido do GT e que contou com intensa participação do setor privado () foi o lançamento da Primeira Agenda Regulatória de Comércio Exterior, iniciativa que identificou normativas que deverão ser elaboradas, revistas ou revogadas, sobre uma série de temas que afetam o comércio exterior, incluindo questões aduaneiras, regulamentos técnicos e sanitários, financiamento e garantias às exportações, defesa comercial, zonas de processamento de exportação, transporte e logística e serviços e compras governamentais. Todos os comentários recebidos foram encaminhados aos órgãos responsáveis, respondidos e publicados no site na CAMEX com indicação dos próximos passos ().

No ciclo regulatório de medidas com impacto no comércio exterior, a atividade de defesa de interesses é, portanto, primordial para garantir que interesses de empresas, entidades empresariais e setores econômicos sejam levados em consideração pelo gestor público, de maneira a evitar erros e custos desnecessários ao Estado, ao setor regulado e à economia como um todo. Afinal, onde há consumidores satisfeitos e interesse público devidamente protegido, a mão do Estado pode ser guardada ou transferida para setores onde é demandada.

---

*Christiane Aquino Bonomo é diplomata de carreira (conselheira) com 16 anos de experiência em comércio internacional, economia e finanças, incluindo negociações de acordos comerciais e tributários, solução de controvérsias na OMC, negociações bilaterais e multilaterais; e política industrial. É co-fundadora da ONG Movimento Down e do Comitê para Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Itamaraty. Serviu na Embaixada do Brasil em Washington (2008-13), chefiou a Divisão de Cooperação Tributária e Financeira do MRE e atualmente é Cônsul-Geral Adjunta do Brasil na Guiana Francesa.*

---

## Artigo

### Referências

- (1) Recomendação do Conselho sobre Política Regulatória e Governança, 2012: <https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/Recommendation%20PR%20with%20cover.pdf>
- (2) OCDE (2015), Regulatory Policy Outlook 2015, Capítulo 5, OECD Publishing, Paris. Disponível em: [http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/governance/oecd-regulatory-policyoutlook-2015\\_9789264238770-en#page120](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/governance/oecd-regulatory-policyoutlook-2015_9789264238770-en#page120)
- (3) Cerca de mil comentários recebidos de empresas, entidades empresariais e órgãos de Governo brasileiros e estrangeiros.
- (4) <http://camex.gov.br/noticias-da-camex/2048-camex-divulga-respostas-a-consulta-publica-sobre-agenda-regulatoria-de-comercio-exterior-do-brasil>